

DIRETRIZES DA OCDE PARA EMPRESAS MULTINACIONAIS

# Guia para Pontos de Contato Nacional sobre Estruturas e Atividades



**Por favor cite esta publicação da seguinte maneira:**

OCDE (2019), *Guia para Pontos de Contato Nacional sobre Estruturas e Atividades, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais*

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados neste instrumento não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países membros da OCDE. Este documento e qualquer mapa nele incluído não prejudicam o status ou a soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

## Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
Descrição da Orientação Procedimental sobre a estrutura e atividades do PCN.....	4
Vinculando as Estruturas do PCN à sua atividade.....	5
<b>2. Componentes da estrutura do PCN e impacto na atividade do PCN.....</b>	<b>6</b>
Mandato nacional .....	6
Estrutura do órgão de tomada de decisões.....	7
Órgãos consultivos .....	15
Recursos .....	18
Reporte .....	20
<b>3. Conclusão.....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>22</b>

### Tabelas

Tabela 1. Resumo dos desafios e oportunidades em todas as estruturas de tomada de decisões dos PCNs	15
Tabela A 0.1. Composição dos órgãos de tomada de decisões multipartidas	22
Tabela A 0.2. Características dos órgãos consultivos dos PCNs	24

### Quadros

Quadro 1. Mandatos legais em toda a Rede de PCNs	6
Quadro 2. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões individualizada	8
Quadro 3. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões interministeriais	9
Quadro 4. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas	10
Quadro 5. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões multipartidas	12
Quadro 6. Visão Geral dos Órgãos Consultivos do PCN	17

# 1. Introdução

O objetivo deste documento é elaborar uma análise das estruturas do Ponto de Contato Nacional (PCN) para identificar quais delas são as mais propícias à atividade do PCN.

A análise apresentada neste documento de definição de escopo pode ajudar os países aderentes na tomada de decisões sobre a estruturação de um PCN. O documento também pode ser útil aos PCNs que estão considerando realizar uma reforma estrutural.

## Descrição da Orientação Procedimental sobre a estrutura e atividades do PCN

Todos os governos que aderem à Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais da OCDE devem constituir um PCN. Os PCNs têm a missão de promover a eficácia das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (“Diretrizes”) realizando atividades promocionais, tratando de consultas e contribuindo para a resolução de questões que surjam a respeito da implementação das Diretrizes em instâncias específicas.

A Orientação Procedimental indica que os governos aderentes têm flexibilidade para estruturar seu PCN, desde que:

- Busquem o apoio ativo de parceiros sociais;
- Garantam que a estrutura permite ao PCN lidar com a ampla gama de questões abrangidas pelas Diretrizes;
- Garantam que a estrutura permite que o PCN opere de forma imparcial;
- Garantam que a estrutura permite que o PCN desenvolva e mantenha relações com as partes interessadas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ver Orientação Procedimental, seção I. A., “Arranjos institucionais”:

*De acordo com o objetivo de equivalência funcional e de promoção da eficácia das Diretrizes, os países aderentes têm flexibilidade para organizarem seus PCNs, buscando o apoio ativo de parceiros sociais, incluindo a comunidade empresarial, as organizações de trabalhadores, outras organizações não governamentais, e outras partes interessadas.*

*Assim sendo, os Pontos de Contato Nacional:*

*1. Serão compostos e organizados de forma a fornecer uma base eficaz para lidar com a ampla gama de questões abrangidas pelas Diretrizes e permitir que o PCN opere de maneira imparcial, mantendo um nível adequado de responsabilidade perante o governo aderente.*

*2. Podem utilizar diferentes formas de organização para atingir esse objetivo. Um PCN pode ser composto por representantes seniores de um ou mais Ministérios, pode ser um funcionário governamental sênior ou um órgão governamental liderado por um funcionário sênior, ser um grupo de múltiplas agências ou que contenha especialistas independentes. Representantes da comunidade empresarial, organizações de trabalhadores e outras organizações não governamentais também podem ser incluídos.*

*3. Desenvolverão e manterão relações com representantes da comunidade empresarial, organizações de trabalhadores e outras partes interessadas que possam contribuir para o funcionamento eficaz das Diretrizes.*

Além disso, espera-se que todos os PCNs operem de acordo com os critérios fundamentais de equivalência funcional de visibilidade, acessibilidade, transparência e responsabilidade.<sup>2</sup> Ao lidar com instâncias específicas, os seguintes princípios orientadores devem ser observados: imparcialidade, previsibilidade, equidade e compatibilidade com as Diretrizes.<sup>3</sup> Ademais, atenção especial deve ser dada à coerência das políticas, ou seja, deve-se garantir que as agências governamentais sejam informadas das declarações e relatórios do PCN quando relevantes para as políticas e programas de uma agência específica.<sup>4</sup>

## Vinculando as Estruturas do PCN à sua atividade

Este documento identifica elementos organizacionais típicos encontrados nos PCNs (“componentes”). Os componentes identificados são os seguintes:

- Mandato nacional;
- Órgão de tomada de decisões;
- Órgãos consultivos;
- Recursos;
- Divulgação de informações.

Este documento baseia-se no relatório intitulado “Estruturas e procedimentos dos Pontos de Contato Nacional para as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais”<sup>5</sup> (“Relatório de Estruturas e Procedimentos”).

O documento toma como ponto de partida o fato de que esses componentes fazem parte das “ferramentas estruturais” disponíveis para cada PCN, mas que sua implementação em toda a rede de PCNs varia. Portanto, a estrutura de cada PCN é caracterizada pela presença ou ausência de cada um desses componentes. Além disso, cada um dos componentes varia entre os PCNs. O documento analisa até que ponto diferentes versões de cada componente podem ser encontradas na rede de PCNs e faz conclusões gerais sobre o impacto desses componentes na atividade do PCN.

---

<sup>2</sup> Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, (2011). Seção I do Comentário: Critérios Fundamentais para Equivalência Funcional nas Atividades dos PCNs.

<sup>3</sup> Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, 2011. Orientação Procedimental. Seção C.

<sup>4</sup> Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, (2011). Seção I do Comentário: *Conclusão dos Procedimentos* (para. 37).

<sup>5</sup> OCDE (2018), *Estruturas e Procedimentos dos Pontos de Contato Nacional para as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais* (doravante denominado “Relatório de Estruturas e Procedimentos”)

## 2. Componentes da estrutura do PCN e impacto na atividade do PCN

### Mandato nacional

A Decisão do Conselho sobre as Diretrizes contém uma obrigação vinculativa para todos os aderentes de constituir um PCN, mas não exige um instrumento nacional adicional. Por conseguinte, os países aderentes utilizaram diversos métodos nacionais para a constituição de seus PCNs.<sup>6</sup>

#### Quadro 1. Mandatos legais em toda a Rede de PCNs

##### Atos legislativos (2)

Dinamarca, Itália

##### Decretos governamentais (13)

Colômbia, República Tcheca, Finlândia, Grécia, Hungria, Cazaquistão, Marrocos, Países Baixos, Noruega, Romênia, Eslovênia, Suíça, Ucrânia

##### Decretos ministeriais (12)

Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Alemanha, Coreia, Lituânia, Peru, Polônia, República Eslovaca, Espanha

Fonte: Relatórios Anuais dos PCNs

Dois dos 46 PCNs pesquisados foram criados por meio de um ato legislativo, ou seja, uma lei adotada pelo Parlamento que institui o PCN (Dinamarca, Itália). A Lei Dinamarquesa estabelece princípios que regem a organização, composição e funcionamento do PCN, enquanto a Lei Italiana estabelece e funda o PCN, deixando aos decretos ministeriais a definição dos detalhes organizacionais e processuais.

Uma lei pode dar aos PCNs um alto grau de estabilidade, garantindo que não possam ser revogados ou modificados facilmente. Essa estabilidade e perspectiva de longo prazo ajudam a estabelecer o PCN entre as partes interessadas como um parceiro confiável e fonte de informações. No entanto, tal estabilidade e o peso do processo legislativo também podem dificultar a introdução de alterações necessárias às estruturas do PCN, caso isso seja necessário nos termos de um dos requisitos.

Um método mais frequente de constituição de um PCN é por meio de um ato do poder executivo, como um decreto governamental, ou seja, um ato executivo adotado conjuntamente por todo o governo, ou um decreto ministerial, ou seja, um ato executivo de um único ministro. Os atos executivos também trazem consigo um grau de autoridade e estabilidade, embora em menor grau do que os atos legislativos, uma vez que podem ser modificados mais facilmente pelo governo ou pelo ministro.

Nos demais casos, os PCNs não são criados por ato legislativo ou executivo. Nesses casos, a criação do PCN é, geralmente, resultado de uma decisão administrativa que nomeia um funcionário público ou um grupo de funcionários

---

<sup>6</sup> Relatório de Estruturas e Procedimentos, p. 18.

públicos como PCN, ou da constituição de uma unidade administrativa responsável pelas funções do PCN. Esse tipo de mandato é altamente flexível e significa que a estrutura do PCN pode se adaptar de acordo com as necessidades mais atuais, por exemplo, para criar uma nova função ou adicionar recursos de pessoal. Uma vez que nem todas essas decisões são publicadas ou formalizadas por escrito, faltam dados para realizar uma análise mais aprofundada desses tipos de mandatos legais.

Em conclusão, a gama de mandatos nacionais para a criação de PCNs varia do altamente formal (ato legislativo) ao altamente informal (prática administrativa). Em termos de níveis de atividade, é importante que cada PCN seja constituído de forma a alcançar o equilíbrio adequado entre estabilidade e flexibilidade em seu contexto nacional, para permitir que o PCN realize suas atividades de acordo com as Diretrizes. Exemplos recentes mostram que países modificam o mandato legal de seus PCNs com frequência para responder a novas circunstâncias. Por exemplo, o Decreto Governamental (591/2008) que rege o PCN finlandês foi modificado em 2016 para agilizar o processo de instância específica e preservar melhor a confidencialidade (veja exemplos abaixo). Em 2018, o PCN francês foi criado como uma unidade separada do Departamento do Tesouro para que tivesse mais visibilidade e autonomia.

## Estrutura do órgão de tomada de decisões

Uma das características mais distintivas dos PCNs tem a ver com a forma como estruturam o processo de tomada de decisões. Como já observado no Relatório de Estruturas e Procedimentos,<sup>7</sup> o mandato conferido aos PCNs pelas Diretrizes leva-os a tomar uma série de decisões, como a adoção de planos promocionais, de regras procedimentais ou a emissão de avaliações iniciais e declarações finais sobre instâncias específicas.

Para tomar essas decisões, os PCNs em geral seguem quatro das estruturas de tomada de decisões<sup>8</sup>:

- Tomada de decisões individualizada;
- Tomada de decisões interministeriais;
- Tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas;
- Tomada de decisões multipartidas.

Abaixo, analisamos essas várias estruturas de tomada de decisões e avaliamos as oportunidades e os desafios associados a cada uma delas.

### *Tomada de decisões individualizada*

Tomada de decisões individualizada significa que as decisões são tomadas por uma pessoa em um único ministério, ou por um grupo de pessoas pertencentes ao mesmo serviço no mesmo ministério, onde o PCN está “localizado”.

---

<sup>7</sup> Ver p. 31.

<sup>8</sup> *Id.*, p. 35.

## Quadro 2. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões individualizada

Os 20 PCNs com tomada de decisões individualizada são os da Austrália, Áustria, Chile, Colômbia, Estônia, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Cazaquistão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Peru, Polónia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos.

A esmagadora maioria dos PCNs com tomada de decisões individualizadas está localizada em ministérios com uma pauta econômica, como o Ministério da Economia ou de desenvolvimento econômico (Estônia, Grécia, Israel, Itália, Luxemburgo, México, Polónia, Turquia, Ucrânia), comércio (Colômbia, Costa Rica, Reino Unido), indústria ou empresas (Áustria, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia), tesouro (Austrália) ou investimentos (Cazaquistão).

Os PCNs da Jordânia e do Peru estão localizados em agências de promoção de investimentos.

Os PCNs chileno e norte-americano estão localizados nos ministérios das relações exteriores.

Fonte: Relatórios Anuais dos PCNs

### *Oportunidades*

Esse tipo de estrutura de tomada de decisões tem a vantagem de ser bastante simplificada. As identidades das pessoas ou das unidades administrativas responsáveis são facilmente acessíveis, assim como os canais de comunicação, o que pode impactar positivamente na transparência e a acessibilidade. Isso também pode agregar valor em termos de responsabilidade, já que as tarefas e a hierarquia são claramente definidas. Essa estrutura também pode permitir uma tomada de decisão rápida.

### *Desafios*

A tomada de decisões individualizada limita a expertise imediatamente disponível para o PCN, especialmente quando não há nenhum órgão consultivo para fornecer apoio (ver abaixo, seção 2.3.). Instalar o PCN em um único ministério também pode expô-lo a uma percepção de falta de imparcialidade ou viés disciplinar. Os países responderam a esses desafios de várias maneiras, por exemplo, envolvendo-se em mais diálogos com as partes interessadas ou instalando o PCN em unidades autônomas dentro do ministério e permitindo que ele opere de forma independente de outros serviços (por exemplo, o PCN do Reino Unido).

Os PCNs que utilizam a tomada de decisões individualizada, mas sem um órgão consultivo, também carecerão de conexão estrutural com partes interessadas externas e outros ministérios. É provável que isso seja um obstáculo à visibilidade, já que outros protagonistas não terão conhecimento em primeira mão das atividades do PCN. Alcançar a visibilidade exigirá investir mais recursos em informações e conscientização. Além disso, limitará a expertise disponível ao PCN e pode dificultar a obtenção e a retenção da confiança das partes interessadas.

Por fim, a tomada de decisões individualizada pode significar que o fardo de todas as funções do PCN recai sobre um único indivíduo. Em situações em que a carga de trabalho se torna mais pesada, por exemplo, se diversas novas instâncias específicas forem recebidas ao mesmo tempo, isso pode causar atrasos. A rotatividade também pode impactar mais severamente as atividades desses PCNs,

especialmente se a função for assumida por um único indivíduo, caso em que as transições de pessoal podem interromper o funcionamento do PCN e parte da memória institucional do PCN pode ser perdida (ver abaixo, seção 0).<sup>9</sup>

### *Tomada de decisões interministeriais*

Tomada de decisões interministeriais significa que as decisões são tomadas por um grupo de representantes de vários ministérios ou órgãos governamentais.

#### **Quadro 3. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões interministeriais**

Os 15 PCNs com tomada de decisões interministeriais são os PCNs da Argentina, Brasil, Canadá, Costa Rica, Egito, Alemanha, Hungria, Japão, Coreia, Marrocos, Portugal, Romênia, Eslovênia, Espanha e Suíça.

O número de entidades representadas nos órgãos interministeriais de tomada de decisões varia de dois (Portugal) a 12 (Brasil).

Os ministérios mais frequentemente representados na tomada de decisões interministeriais são: economia/comércio/investimento/fazenda/indústria (19 vezes), trabalho/emprego/assuntos sociais (12 vezes), assuntos exteriores (10 vezes); meio ambiente (9 vezes) e justiça (5 vezes). Outros ministérios, como da agricultura, pesquisa e ciência e tecnologia, também estão representados, embora mais raramente.

### *Oportunidades*

A tomada de decisões interministeriais oferece muitas oportunidades. Primeiro, aumenta a expertise e as perspectivas diretamente disponíveis para o PCN, o que, por sua vez, pode levar a decisões mais bem informadas sem a necessidade de realizar consultas externas. A fim de reforçar este aspecto, alguns órgãos de tomada de decisões interministeriais do PCN foram compostos de modo a abranger todos os capítulos das Diretrizes (por exemplo, Marrocos, Suíça).

Segundo, a tomada de decisões interministeriais impacta positivamente a conscientização, informação e cooperação em todo o governo, uma vez que vários ramos do governo estão envolvidos na promoção das Diretrizes. Isso pode, conseqüentemente, promover a coerência das políticas.

Por fim, a natureza colegiada e multidisciplinar da tomada de decisões interministeriais também pode reduzir o risco de que o PCN seja percebido como parcial ou como tendo um viés disciplinar.

### *Desafios*

Quando não existe um conselho consultivo, os PCNs com tomada de decisões interministeriais podem enfrentar os mesmos desafios que aqueles com tomada de decisões individualizada em relação à ausência de conexão estrutural com partes interessadas externas. Também pode tornar mais difícil estabelecer relações com as partes interessadas, buscar seu apoio e manter sua confiança.

---

<sup>9</sup> Veja OCDE, 'Peer review of the OECD National Contact Point of Chile',

Em segundo lugar, os órgãos de tomada de decisões interministeriais podem tornar-se pesados quando têm muitos representantes.<sup>10</sup> O agendamento de reuniões ou a busca pelo consenso podem retardar o trabalho do PCN. Os países responderam a esse desafio de diversas maneiras. Por exemplo, os ministérios representados só podem estar envolvidos em certas decisões com base na expertise necessária. Por exemplo, ministérios individuais estão envolvidos nas decisões do PCN suíço sobre instâncias específicas, na medida em que o caso é relevante para seu portfólio.

### ***Tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas***

Tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas significa que as decisões são tomadas por especialistas externos aos governos. Os PCNs com tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas são geralmente constituídos como entidades independentes do governo, embora dependam do governo para financiamento e nomeação dos especialistas.<sup>11</sup> Os especialistas podem ser exigidos a agir em caráter pessoal e não representar interesses particulares (Países Baixos) ou, pelo contrário, podem representar os pontos de vista das organizações que os nomearam (Dinamarca).

#### **Quadro 4. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas**

##### **PCN dinamarquês**

Composição: Um presidente, um membro especialista e três representantes da organização.

Método de nomeação: Os membros são nomeados pelo Ministro dos Negócios e Crescimento com base nas recomendações de uma confederação empresarial, uma confederação sindical e uma rede de ONGs.

##### **PCN holandês**

Composição: Um presidente e, no máximo, quatro outros membros.

Método de nomeação: Os membros são nomeados pelo Ministro do Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento, após consulta com os outros ministros interessados e com representantes de empresas e organizações da sociedade civil, com base em seus conhecimentos especializados na área das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, suas habilidades de mediação e seu conhecimento e experiência da sociedade.

##### **PCN lituano**

Composição: Um presidente e de quatro a dez especialistas independentes.

Método de nomeação: Os membros são nomeados pelo Ministro da Economia com base nas recomendações de uma Comissão composta por funcionários públicos e empregados do Ministério da Economia e representantes de outras organizações relevantes. Os

---

<sup>10</sup> OCDE, *Peer Review of the OECD National Contact Point of Switzerland*, [DAF/INV/RBC\(2017\)8](#), p. 26 (de agora em diante ‘o relatório de revisão por pares do PCN suíço’).

<sup>11</sup> Consulte OCDE, *Norway National Contact Point Peer Review Report*, [DAF/INV/NCP/RD\(2014\)2](#), p. 6 (de agora em diante ‘relatório de revisão por pares do PCN norueguês’).

candidatos se candidatam à função com base em uma vaga publicada no site do Ministério e notificada por escrito a organizações de empregados, estruturas de empresas associadas, outras organizações não governamentais e representantes de organizações educacionais e científicas.

#### **PCN norueguês**

Composição: O painel de especialistas do PCN norueguês é composto por quatro especialistas independentes.

Método de nomeação: O painel de especialistas é nomeado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério do Comércio, Indústria e Pesca com base em recomendações de empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil.

#### *Oportunidades*

Esse tipo de tomada de decisões apresenta muitas oportunidades. Os membros desses PCNs geralmente são selecionados por serem especialistas nas questões tratadas pelo PCN. Portanto, uma seleção equilibrada de especialistas pode criar uma base eficaz para lidar com a ampla gama de questões abrangidas pelas Diretrizes e ajudar o PCN a lidar com instâncias específicas.<sup>12</sup> Da mesma forma, quando os especialistas são independentes, as partes interessadas podem facilmente perceber que o órgão de tomada de decisões é imparcial e dar-lhe confiança.<sup>13</sup>

A posição dos membros do PCN como especialistas, ou seja, como autoridades no ramo da conduta empresarial responsável, também pode melhorar a visibilidade do PCN.<sup>14</sup> Da mesma forma, uma vez que os especialistas envolvidos em PCNs geralmente pertencem a redes profissionais ou acadêmicas no ramo da conduta empresarial responsável, isso também pode ajudar o PCN a informar as partes interessadas, aumentar a conscientização e cooperar com diversos agentes.

#### *Desafios*

Esse tipo de tomada de decisões pode, por outro lado, resultar em uma série de desafios. Primeiro, a tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas requer uma seleção criteriosa dos especialistas. O desequilíbrio nas áreas de especialidade pode afetar a capacidade do PCN de lidar com a ampla gama de questões abordadas nas Diretrizes. A falta de transparência na seleção também pode afetar a confiança das partes interessadas.<sup>15</sup>

Em segundo lugar, especialistas independentes estão isolados do governo,<sup>16</sup> o que pode limitar a expertise disponível, bem como as possibilidades de informar, aumentar a conscientização e cooperar com o governo, especialmente para fins de coerência das políticas, por exemplo, divulgando declarações finais ou planos

---

<sup>12</sup> Veja *Peer Review of Dutch National Contact Point*, [DAF/INV/WP/RD \(2010\) 1](#), p. 11 (de agora em diante “Relatório de revisão por pares do PCN holandês”).

<sup>13</sup> Veja OCDE, ‘*Denmark National Contact Point Peer Review Report*’, p. 8; Relatório de revisão por pares do PCN norueguês, p. 19.

<sup>14</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN norueguês, p. 35. No entanto, especialistas independentes de alto nível também podem ser menos acessíveis diretamente: veja o relatório de revisão por pares do PCN holandês, p. 12.

<sup>15</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN holandês, p. 11.

<sup>16</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN norueguês, pp. 16-17.

promocionais por meio dos canais de comunicação governamentais habituais. Os países encontraram maneiras de enfrentar esses desafios, por exemplo, ao unir um órgão consultivo governamental ao órgão de tomada de decisões baseadas em pareceres de especialistas (PCN holandês, veja abaixo, seção 0). O PCN australiano também foi recentemente reestruturado para responder a um estudo independente realizado em 2017. No início de 2019, um Examinador Especialista Independente será responsável pelo trabalho de caso de instância específica, incluindo a tomada de decisões. Outras funções do PCN continuarão sendo desempenhadas por um funcionário do Tesouro, assistido por um conselho consultivo, garantindo assim uma conexão estrutural entre o Examinador Especialista Independente e o governo.<sup>17</sup>

### ***Tomada de decisões multipartidas***

Tomada de decisões multipartidas significa que as decisões são tomadas por um grupo composto por membros de governos e partes interessadas. A tomada de decisões tripartite envolve o governo, empresas e sindicatos (Bélgica, França, Letônia, Suécia). A tomada de decisões quadripartite também inclui a sociedade civil (República Tcheca, Finlândia, República Eslovaca). Nesta configuração, não se espera que os membros não governamentais dos grupos de tomada de decisões sejam independentes, e eles podem representar os interesses de suas organizações. Entretanto, no caso da Finlândia, o Decreto Governamental que rege o PCN foi alterado em 2016 para especificar que os membros não governamentais do PCN agem em caráter pessoal e com responsabilidade pessoal pela legalidade de suas ações. Na prática, isso significa que os membros não governamentais do PCN não podem consultar suas organizações de apoio e devem fazer seus próprios julgamentos ao lidar com instâncias específicas. Essa mudança foi introduzida devido a preocupações relacionadas a questões de confidencialidade.

#### **Quadro 5. Visão geral dos PCNs com tomada de decisões multipartidas**

Há sete PCNs com tomada de decisões multipartidas. Quatro são tripartites, ou seja, incluem representantes do governo, empresas e sindicatos (Bélgica, França, Letônia e Suécia). O PCN da Letônia também inclui dois membros especialistas independentes. Três são quadripartites, ou seja, também incluem representantes de OSCs.

##### **Representação governamental**

Os órgãos de tomada de decisões multipartidas são compostos por cinco a 11 membros representando ministérios. A Presidência (que muitas vezes recebe poderes especiais de tomada de decisões) e o Secretariado desses PCNs estão todos localizados em ministérios.

Ministérios ou órgãos com uma pauta econômica (por exemplo, Economia, Fazenda, Banco Nacional) são representados 13 vezes nos sete órgãos de tomada de decisões multipartidas. Os ministérios dos assuntos sociais e do trabalho e os ministérios de assuntos estrangeiros são representados sete vezes; ministérios do meio ambiente e/ou da saúde são representados cinco vezes. Outros ministérios, como o gabinete do primeiro-ministro ou os ministérios da agricultura ou educação, também são representados, embora mais raramente.

##### **Representação das partes interessadas**

<sup>17</sup> Acesse <https://ausncp.gov.au/contactpoint/2017-review/2017-review-response/>.

Representantes de empresas, sindicatos e da sociedade civil são geralmente menos numerosos do que representantes do governo em órgãos de tomada de decisões multipartidas (entre um e seis membros). O número de representantes não é necessariamente o mesmo para todas as categorias de partes interessadas.

Para uma visão geral completa da composição dos órgãos de tomada de decisões multipartidas do PCN, veja a Tabela A 0.1. A composição dos órgãos de tomada de decisões multipartidas é apresentada no Anexo.

### *Oportunidades*

Ao adicionar representantes de partes interessadas a uma estrutura de tomada de decisões interministeriais surgem diversas oportunidades.

Em particular, essa estrutura conecta o PCN diretamente com uma ampla gama de especialistas do governo e das partes interessadas, mas também fundamenta a tomada de decisões do PCN nas estruturas existentes de diálogo social do país. Isso garante visibilidade em todo o governo e entre os grupos de partes interessadas envolvidos. Essa abordagem também deve garantir o apoio das partes interessadas ao PCN e pode ajudar o PCN a ganhar e manter a confiança das partes interessadas.<sup>18</sup> A reunião de opiniões de representantes do governo e das partes interessadas para tomar decisões também pode influenciar positivamente a percepção de imparcialidade e equidade com a qual o PCN lidará com instâncias específicas.<sup>19</sup>

Outro benefício é que o PCN poderá contar com canais efetivos já existentes para informar, conscientizar e cooperar com o governo e com as partes interessadas no que diz respeito à promoção das Diretrizes.<sup>20</sup> Por exemplo, o PCN francês tripartite informou que os seus membros organizaram ou participaram de 79 eventos promocionais em 2017, o maior número de todos os PCNs. A conexão estrutural com o governo também representa um valor agregado para a coerência das políticas.

### *Desafios*

Envolver as partes interessadas diretamente nas decisões do PCN também pode apresentar desafios. Dar às partes interessadas um papel de tomada de decisões traz oportunidades, mas também é provável que levante questões acerca da representação. Os benefícios dessa estrutura podem diminuir se a inclusão das partes interessadas for “incompleta”, ou seja, se alguns grupos de partes interessadas estiverem representados e outros não, ou se houver um

---

<sup>18</sup> Veja OCDE, *Peer Review of the OCDE National Contact Point of France*, [DAF/INV/RBC \(2017\)14/FINAL](#), p. 33 (de agora em diante “Relatório de revisão por pares do PCN francês”): “Na fase de bons ofícios, o MEDEF, que é membro da representação empresarial do PCN, desempenha um papel importante ao informar as empresas sobre o papel, funcionamento e processo do PCN, a fim de incentivá-las a participar do diálogo. Algumas empresas comentaram sobre a utilidade dessa orientação e do apoio explicativo, que muitas vezes é fornecido em um cenário de desconfiança a respeito de um mecanismo que não é familiar para a maioria das empresas.

<sup>19</sup> Relatório de revisão por pares do PCN francês, p. 17.

<sup>20</sup> Veja o *Belgium National Contact Point Peer Review Report*, [DAF/INV/NCP \(2016\) 2/FINAL](#), p. 14 (de agora em diante “Relatório de revisão por pares do PCN belga”); Relatório de revisão por pares do PCN francês, p. 23.

“desequilíbrio”, ou seja, se alguns grupos de partes interessadas estiverem melhor representados do que outros.<sup>21</sup>

Além disso, embora os PCNs de todas as estruturas por vezes não tenham conseguido respeitar os prazos indicados para lidar com instâncias específicas,<sup>22</sup> os desafios organizacionais associados ao tamanho potencialmente grande de órgãos de tomada de decisões inclusivos podem contribuir para atrasos se um grande número de tomadores de decisão tiver que revisar cada decisão e se reunir várias vezes para chegar a um consenso. No entanto, essa questão tem sido abordada de diversas maneiras pelos PCNs. Por exemplo, a Finlândia alterou o Decreto Governamental que rege o PCN para permitir que este nomeasse subgrupos de representação de seus membros, com base na especialidade, para lidar com instâncias específicas.

### ***Resumo das constatações***

A visão geral mostra que todas as estruturas de tomada de decisões estão associadas a oportunidades e desafios em relação à atividade do PCN. Exemplos também mostram que, ao longo do tempo, diversos PCNs adaptaram sua estrutura de tomada de decisões para aproveitar as oportunidades e responder aos desafios.

A Tabela 1 apresenta um resumo dos desafios e oportunidades associados a cada estrutura de tomada de decisões.

---

<sup>21</sup> Veja o relatório de revisão por pares belga p. 24; Relatório de revisão por pares do PCN francês, p. 17.

<sup>22</sup> OCDE (2015), *Implementing the OECD Guidelines for Multinational Enterprises: The National Contact Points from 2000 to 2015*, pp. 52-53.

**Tabela 1. Resumo dos desafios e oportunidades em todas as estruturas de tomada de decisões dos PCNs**

Tomada de decisões individualizada		
Oportunidades	Desafios	PCNs (21)
Processo de tomada de decisões simplificado	Apenas um tipo de especialização disponível no nível de tomada de decisões	<b>Órgão consultivo:</b> Áustria, Chile, Colômbia, Itália, Cazaquistão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Polônia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos  <b>Sem órgão consultivo:</b> Austrália, Costa Rica, Estônia, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, México, Peru, Turquia
Estrutura clara	Sem conexão com partes interessadas externas e outros ministérios (se não houver órgão consultivo)	
	A carga de trabalho e a memória institucional dependem de uma pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas.	
Tomada de decisões interministeriais		
Oportunidades	Desafios	PCNs (14)
Vários tipos de especialização disponíveis	Sem conexão com partes interessadas externas (se não houver órgão consultivo)	<b>Órgão consultivo:</b> Argentina, Canadá, Alemanha, Japão, Coreia, Marrocos, Romênia, Espanha, Suíça  <b>Sem órgão consultivo:</b> Brasil, Egito, Hungria, Portugal, Eslovênia
Coerência das políticas entre os departamentos governamentais envolvidos	Tamanho e carga organizacional	
Equilíbrio disciplinar		
Tomada de decisões baseada em pareceres de especialistas		
Oportunidades	Desafios	PCNs (4)
Especialização demonstrada em questões de CER	Risco de desequilíbrio na seleção de membros do PCN	Dinamarca, Lituânia, Holanda, Noruega
Independência dos membros do PCN	Isolamento do governo (se não houver órgão consultivo)	
Permanente e rede de membros do PCN		
Tomada de decisões multipartidas		
Oportunidades	Desafios	PCNs (7)
Vários tipos de especialização disponíveis	Riscos associados à representatividade	<b>Tripartite:</b> Bélgica, França, Letônia, Suécia  <b>Quadripartite:</b> República Tcheca, Finlândia, República Eslovaca
O PCN espelha processos de diálogo social	Tamanho e carga organizacional	
Canais diretos para disseminar as atividades do PCN para o governo e as partes interessadas		

## Órgãos consultivos

Muitos PCNs são apoiados por um “órgão consultivo”, conforme sugerido no Comentário à orientação Procedimental.<sup>23</sup> Os órgãos consultivos têm um propósito duplo: eles fornecem aos PCNs conhecimentos especializados adicionais e garantem uma conexão mais forte com agentes relevantes no governo ou na sociedade.

Alguns órgãos consultivos são compostos por representantes do governo, outros são compostos por partes interessadas “externas” e alguns são compostos por ambos. Alguns PCNs também incluem outros agentes, como Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDHs) (Chile) ou especialistas independentes “não afiliados” (Reino Unido) em seu conselho consultivo.

Conforme indicado no Quadro 6 abaixo, os órgãos consultivos também variam em termos de tamanho, frequência com que se reúnem (mensal a anual) e natureza

<sup>23</sup> Para. 11.

das questões sobre as quais podem prestar aconselhamento (questões gerais, promoção, regras procedimentais, instâncias específicas, etc.).

A maioria dos órgãos consultivos são órgãos permanentes cuja situação, composição e funcionamento são formalizados em termos de referência, como no Reino Unido, Itália ou Suíça. Em outros PCNs, as relações consultivas com as partes interessadas são mais *ad hoc*. A França, por exemplo, organiza reuniões periódicas com diversos grupos de partes interessadas, representando mais de uma centena de participantes. Essas reuniões, previstas no estatuto do PCN, assumem a forma de trocas de pontos de vista, nas quais o PCN apresenta seu trabalho e atividade e recebe feedback das partes interessadas.<sup>24</sup>

Se os órgãos consultivos são consultados ou não sobre instâncias específicas e, em caso afirmativo, como isso acontece, varia consideravelmente entre os PCNs. Alguns órgãos consultivos são informados quando uma instância é recebida ou aceita para análise mais aprofundada (Alemanha), outros recebem atualizações regulares sobre o progresso da instância de forma anônima (Reino Unido), outros recebem pedidos de aconselhamento sobre elas sem estarem envolvidos em sua resolução efetiva (Itália, Suíça).

Como já observado no Relatório de Estruturas e Procedimentos, os órgãos consultivos que têm apenas representantes do governo têm maior probabilidade de estar intimamente envolvidos em instâncias específicas.<sup>25</sup> Em certos casos, apenas alguns membros do órgão consultivo estarão envolvidos na resolução de uma instância específica, caso tenham determinados conhecimentos especializados úteis, como é o caso do PCN da Nova Zelândia.

As funções de alguns órgãos consultivos vão além de um papel puramente consultivo e, em determinadas situações, se aproximam da tomada de decisões. Por exemplo, o Conselho Diretivo do PCN do Reino Unido tem um papel particular em relação às suas regras procedimentais. Ele deve concordar com qualquer mudança nas regras e pode revisar as decisões do PCN do Reino Unido em instâncias específicas em relação a questões processuais. O PCN holandês desenvolveu uma prática de decidir questões por consenso entre seu órgão de tomada de decisões baseado em pareceres de especialistas e seu órgão consultivo governamental. O PCN belga pode incluir membros de seu órgão consultivo em comitês encarregados de tratar e decidir sobre instâncias específicas, com base nas necessidades de conhecimentos especializados.

Por fim, alguns órgãos consultivos também têm funções de supervisão, ou seja, verificam se o PCN está funcionando corretamente. Esse papel pode ser explícito (Reino Unido) ou implícito, pois o PCN se reporta às partes interessadas reunidas em seu órgão consultivo, busca seu feedback e responde às suas preocupações.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Relatório de revisão por pares do PCN francês, p. 19 e Estatuto do PCN francês, para. 15.

<sup>25</sup> P. 29

<sup>26</sup> *Ibid.*

## Quadro 6. Visão Geral dos Órgãos Consultivos do PCN

**Para obter uma visão geral abrangente, consulte a Tabela A 0.2. Características dos órgãos consultivos dos PCNs, no anexo.**

### *Prevalência*

Há 23 órgãos consultivos em toda a rede de PCNs. Dezesete PCNs têm um órgão consultivo permanente. Três PCNs têm dois órgãos consultivos permanentes, um composto por representantes do governo e outro por partes interessadas externas.

### *Composição*

As empresas estão representadas em 20 órgãos consultivos; os sindicatos estão representados em 18 órgãos consultivos; As ONGs estão representadas em 16 órgãos consultivos; representantes de outros departamentos governamentais estão representados em 13 órgãos consultivos; membros da academia estão representados em 8 órgãos consultivos; Os INDHs estão representados em dois órgãos consultivos.

### *Tamanho (em termos de tipos de organizações representadas, não membros individuais)*

Um órgão consultivo abrange sete tipos de organizações; dois órgãos consultivos abrangem dois tipos de organizações; quatro órgãos consultivos abrangem cinco tipos de organizações; quatro órgãos consultivos abrangem três tipos de organizações; quatro órgãos consultivos abrangem um tipo de organização; oito órgãos consultivos abrangem quatro tipos de organizações.

### *Conteúdo da consultoria*

Dezesseis órgãos consultivos prestam consultoria sobre assuntos gerais (estratégia e programa de trabalho do PCN); Dezesesseis PCNs prestam consultoria sobre questões de instâncias específicas; Quatorze órgãos consultivos prestam consultoria sobre promoção; três órgãos consultivos têm funções de supervisão.

### *Periodicidade das reuniões*

Um órgão consultivo se reúne anualmente; oito órgãos consultivos se reúnem semestralmente; três órgãos consultivos se reúnem trimestralmente; um órgão consultivo se reúne três vezes ao ano; cinco órgãos consultivos se reúnem entre trimestral e mensalmente; um órgão consultivo se reúne mensalmente. Quatro PCNs não informaram a frequência com que o seu órgão consultivo se reúne.

### ***Oportunidades***

Os órgãos consultivos, conforme indicado acima, podem fornecer conhecimentos especializados importantes aos PCNs e ampliar suas perspectivas. Eles também oferecem oportunidades para construir relações com outros agentes entre o governo e as partes interessadas, buscar apoio e manter a confiança das partes interessadas.

Juntamente com sua função consultiva, os membros dos órgãos consultivos também podem atuar como mensageiros úteis para as atividades do PCN, disseminando informações para suas redes e, assim, aumentando a visibilidade do

PCN.<sup>27</sup> Como se vê na Tabela A 0.2., auxiliar na promoção das Diretrizes é uma tarefa recorrente da maioria dos órgãos consultivos.

Por fim, as funções de supervisão explícitas ou implícitas dos órgãos consultivos também aumentam a transparência e a responsabilidade dos PCNs, ajudando a esclarecer e, se necessário, melhorar o desempenho.

### ***Desafios***

Se não forem devidamente considerados, certos aspectos dos órgãos consultivos também podem trazer desafios. Em primeiro lugar, como já indicado, para que o órgão consultivo agregue valor em termos de especialização, confiança das partes interessadas e imparcialidade, seus membros devem representar todos os interesses e competências relevantes. Em segundo lugar, suas funções exatas devem ser definidas em termos de referência claros, de modo a não as confundir com as do órgão de tomada de decisões.<sup>28</sup>

O envolvimento dos membros do corpo consultivo em instâncias específicas, embora possa ajudar a disponibilizar os conhecimentos especializados necessários, pode afetar a previsibilidade do processo de instância específica se o papel e o peso do órgão consultivo no exame de casos não forem definidos com precisão e apresentados a festas.

## **Recursos**

Conforme indicado na Decisão do Conselho sobre as Diretrizes da OCDE, “[os] países aderentes devem disponibilizar recursos humanos e financeiros aos seus Pontos de Contato Nacional para que possam desempenhar de maneira eficaz as suas responsabilidades, levando em consideração as prioridades e práticas orçamentárias internas.”<sup>29</sup> Assim sendo, a estrutura do PCN deve refletir, tendo em conta o contexto nacional, um nível suficiente de recursos para que o PCN possa promover as Diretrizes, responder a consultas e tratar de instâncias específicas de uma forma que seja compatível com as Diretrizes.

A Decisão menciona dois tipos de recursos: humanos e financeiros.

### ***Recursos humanos***

As Diretrizes estabelecem apenas um requisito no que diz respeito aos recursos humanos: o da senioridade da equipe. Ou seja, um PCN pode ser composto por representantes seniores de um ou mais Ministérios, pode ser um funcionário governamental sênior ou um órgão governamental liderado por um funcionário sênior, ser um grupo de múltiplas agências ou que contenha especialistas

---

<sup>27</sup> Relatório de revisão por pares do PCN suíço, p. 19; Relatório de revisão por pares do PCN chileno p. 18.

<sup>28</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN belga, p. 12: “Houve certa confusão em relação aos muitos papéis dos membros do PCN e da rede de especialistas, isso é algo que poderia ser esclarecido.” Relatório de revisão por pares do PCN suíço, p. 14: “O papel do Conselho Consultivo, formalmente, é apenas consultivo e, portanto, o Conselho Consultivo não tem poder de tomada de decisão formal no contexto de instâncias específicas ou em outras áreas. Na prática, o PCN aceita a recomendação do Conselho como vinculativa, porém, durante a visita no local, os membros do Conselho Consultivo observaram que não consideram seus conselhos vinculativos para o PCN. O papel do Conselho Consultivo ainda está sendo desenvolvido e a condição de seus conselhos em relação às atividades do PCN não está totalmente clara.”

<sup>29</sup> Seção I.4.

independentes. Representantes da comunidade empresarial, de organizações de trabalhadores e de outras organizações não governamentais também podem ser incluídos.

Por conseguinte, as Diretrizes consideram que, para cumprir de forma efetiva as responsabilidades impostas por elas aos PCNs, bem como para conseguir e manter a confiança das partes interessadas, a presença de pessoas seniores se faz necessária.<sup>30</sup>

As Diretrizes não estabelecem nenhum requisito preciso em termos de número de funcionários, e isso, na verdade, faz parte da flexibilidade concedida a cada governo, dependendo de circunstâncias como o número de partes interessadas, o número de instâncias, etc. Na prática, em 2017, oito PCNs relataram ter menos de um membro na equipe.

A equipe do PCN pode trabalhar em tempo integral ou meio período nas questões dele. Entre os membros da equipe informados pelos PCNs em 2017, 71% (110/156) trabalham meio período. Alguns PCNs têm apenas funcionários em tempo integral ou meio período, enquanto outros têm funcionários trabalhando de ambas as formas.

Ter uma equipe trabalhando em tempo integral nas questões do PCN apresenta uma série de oportunidades. Isso pode sinalizar um forte compromisso político com a CER.<sup>31</sup> Também pode incentivar a equipe do PCN a ser proativa, uma vez que suas atividades no PCN não serão limitadas pelo exercício de outras funções.<sup>32</sup>

Um desafio geral associado à equipe é a alta rotatividade que os PCNs podem enfrentar. A rotatividade prejudica a memória institucional e as transições entre os membros da equipe tomam tempo das principais atividades do PCN.<sup>33</sup> Em particular, a entrada de novos membros na equipe requer treinamento em questões e procedimentos do PCN e a reconstrução de conexões com as partes interessadas.

### ***Recursos financeiros***

As Diretrizes não fornecem mais detalhes sobre os recursos financeiros a serem alocados ao PCN. Eles devem permitir que o PCN cumpra de forma eficaz suas responsabilidades e tenha em conta as “prioridades e práticas orçamentárias internas”. Não existem dados abrangentes sobre os recursos financeiros reais conferidos aos diferentes PCNs, mas a prática é que eles financiem suas atividades a partir do orçamento global do departamento a que pertencem, ou que lhes seja atribuído um orçamento específico que pode ser administrado de forma independente.

---

<sup>30</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN suíço, p. 12.

<sup>31</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN chileno p. 14.

<sup>32</sup> Veja, por exemplo, OCDE, *Peer Review of the OCDE National Contact Point of the United States*, [DAF/INV/RBC \(2018\) 14](#), p. 12.

<sup>33</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN chileno p. 12. OCDE, *Peer Review of the OECD National Contact Point of Germany*, [DAF/INV/RBC\(2018\)1/FINAL](#), p. 11 (de agora em diante ‘Relatório de revisão por pares do PCN alemão’).

## Reporte

As Diretrizes estabelecem que os PCNs devem se reportar anualmente o Comitê de Investimento sobre a natureza dos resultados de suas atividades, incluindo atividades de implementação em instâncias específicas.<sup>34</sup>

A Orientação Procedimental afirma que os PCNs devem “manter [...] um nível adequado de prestação de contas ao governo aderente”, embora não especifique as maneiras pelas quais essa relação de prestação de contas deva ser formalizada.

Na prática, de acordo com os Relatórios Anuais dos PCNs de 2017, 10 PCNs se reportam ao Parlamento, geralmente uma vez por ano, e 29 PCNs se reportam ao governo, com frequência variável (de menos de uma vez por ano a mais de uma vez a cada três meses). O ato de se reportarem têm diversas vantagens. Isso garante que os PCNs respondem perante o governo e/ou o parlamento, e também que a atividade deles é regularmente disseminada para as instituições relevantes. Vários PCNs também optam por disponibilizar seus relatórios ao público e apresentá-los às partes interessadas, o que aumenta a transparência do PCN.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Veja a Decisão do Conselho sobre as Diretrizes, Seção I, para. 3; e Orientação Procedimental, Seção I, D., 1.

<sup>35</sup> Veja o relatório de revisão por pares do PCN alemão p. 13.

### 3. Conclusão

Este documento analisou os seguintes componentes das estruturas dos PCNs: mandato nacional, tomada de decisões, órgãos consultivos, recursos e reporte. Esses componentes compõem as “ferramentas estruturais” disponíveis aos PCNs.

A análise mostra que há uma grande variedade na rede de PCNs em termos de inclusão desses componentes em suas estruturas. A análise também buscou identificar oportunidades e desafios associados a cada um desses componentes estruturais, embora muito dependa do contexto do próprio PCN. Uma série de conclusões gerais podem ser tiradas dessa análise.

Primeiro, a presença de uma conexão estrutural - no âmbito de tomada de decisões ou consultivo - entre o PCN, outros departamentos governamentais e partes interessadas, aumenta as oportunidades e reduz os desafios. Essa estrutura aumenta a expertise disponível ao PCN e sua capacidade de “fornecer um fundamento eficaz para lidar com a ampla gama de questões abrangidas pelas *Diretrizes*”, conforme exigido pela Orientação Procedimental.<sup>36</sup> Além disso, o envolvimento das partes interessadas abre caminhos para “buscar [...] o apoio ativo dos parceiros sociais”,<sup>37</sup> enquanto o envolvimento de outros departamentos governamentais promove a coerência das políticas.

Segundo, as vantagens dessa inclusão, no entanto, têm um custo organizacional, uma vez que aumentam o número de participantes nas atividades do PCN, a frequência e o tamanho das reuniões, ou o tempo necessário para chegar a um consenso. Para limitar esses custos, os PCNs implementaram soluções criativas para torná-los mais ágeis no desempenho de suas várias tarefas.

Em terceiro lugar, assegurar recursos humanos e financeiros suficientes para cumprir de forma eficaz suas responsabilidades<sup>38</sup> continua sendo um desafio para os PCNs. Recursos escassos, particularmente recursos de pessoal, limitam a promoção que um PCN pode realizar,<sup>39</sup> e pode tornar mais difícil para os PCNs lidar com instâncias específicas “de maneira eficiente e oportuna”.<sup>40</sup> Em particular, o pessoal designado para funções do PCN durante parte do seu tempo enfrenta a necessidade de equilibrar as atividades do PCN com as suas outras funções.

---

<sup>36</sup> Veja a Seção I.A.1.

<sup>37</sup> *Id.*, Seção I.A.

<sup>38</sup> Veja a Decisão do Conselho sobre as Diretrizes da OCDE, Seção I.4.

<sup>39</sup> Em 2017, 41 PCNs organizaram coletivamente 487 eventos. No entanto, existem disparidades importantes na forma como esses eventos são distribuídos pela rede. Por exemplo, 21 PCNs reportaram cinco eventos ou menos, enquanto quatro outros relataram mais de 20 e dois PCNs relataram mais de 50 eventos. Parece, portanto, que apenas um pequeno número de PCNs tem capacidade para organizar ou participar em um grande número de eventos promocionais (embora outros fatores, como a dimensão do país ou a presença de partes interessadas ativas, também afetem o número de eventos possíveis).

<sup>40</sup> Veja a Orientação Procedimental, Seção C. e Comentário à Orientação Procedimental, paras. 40 e 41.

## Anexo

Tabela A 0.1. Composição dos órgãos de tomada de decisões multipartidas

País	Representantes do governo	Representantes de empresas	Representantes de sindicatos	Representantes de ONGs
Bélgica (tripartite)	<b>Ministério da Economia;</b> Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Saúde e do Meio Ambiente; Região de Flandres; Região de Valônia; Região de Bruxelas-Capital (9)	FEB, Comeos, Agoria (3)	FGTB, CSC, GGSLB (3)	N/A
França (tripartite)	<b>Ministério da Economia e da Fazenda;</b> Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde; Ministério do Trabalho, Emprego e Diálogo Social; Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Desenvolvimento Internacional; Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia (5)	MEDEF (1)	CFDT; CGT; FO; CFE-CGC; CFTC; UNSA (6)	N/A
Letônia (tripartite, também inclui dois especialistas independentes)	<b>Ministério das Relações Exteriores;</b> Ministério da Economia; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça; Departamento da Educação e Ciências; Chancelaria do Estado da Letônia; Centro de Coordenação Intersetorial	Confederação de Empregadores da Letônia; Câmara de Comércio e Indústria da Letônia (2)	Confederação Sindical Livre da Letônia (1)	N/A
Suécia (tripartite)	<b>Ministério das Relações Exteriores;</b> outros Ministérios convidados, dependendo da agenda do PCN e de instâncias específicas apresentadas	Confederação de Empresas Suecas; Federação Sueca do Comércio (2)	Confederação Sindical Sueca; Confederação Sueca de Associações Profissionais; Confederação de Empregados Profissionais; Unionen; IF Metall (5)	
República Tcheca (quadripartite)	<b>Ministério da Indústria e do Comércio;</b> Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça; Banco Nacional Tcheco (7)	Confederação da Indústria (1)	Confederação de Sindicatos da Boêmia-Morávia (1)	Frank Bold (1)
Finlândia (quadripartite)	<b>Ministério de Assuntos Econômicos e Emprego</b> (presidência e secretariado); <b>Comitê de Responsabilidade Social e Corporativa</b> (secretariado); Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Meio Ambiente; Gabinete do Primeiro-Ministro; Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde (6)	Confederação das Indústrias Finlandesas (EK); Federação de Empresas Finlandesas; Seção Finlandesa da Câmara de Comércio Internacional (3)	Organização Central dos Sindicatos Finlandeses (SAK); Confederação Finlandesa de Profissionais (STTK); AKAVA-Confederação de Sindicatos para Profissionais e Pessoal Gerencial (3)	Igreja Evangélica Luterana da Finlândia; Rede Finlandesa de Negócios e Sociedade; Associação Finlandesa de Consumidores; Finnwatch ry; ONGs de desenvolvimento finlandesas - Fingo ry; Associação Finlandesa para a Conservação da Natureza (5)

República Eslovaca (quadripartite)	<b>Ministério da Economia</b> ; Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Europeus; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e da Família; Ministério da Justiça; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Interior; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Ministério da Educação, Ciências, Pesquisa e Esportes; Banco Nacional; Banco de Exportação e Importação (11)	União Nacional dos Empregadores; Associação de Governança Corporativa Europeia Central (2)	Confederação dos Sindicatos (1)	Câmara de ONGs do Conselho de Governo da SK para ONGs (1)
---------------------------------------	---	--	---------------------------------	---

*Observação:* Os ministérios onde o secretariado do PCN e a Presidência do órgão de tomada de decisões estão localizados são indicados em negrito

*Fonte:* Relatórios anuais e sites de PCNs

**Tabela A 0.2. Características dos órgãos consultivos dos PCNs**

PCN	Composição	Conteúdo da consultoria	Periodicidade das reuniões
Argentina	Empresas Sindicatos ONGs Academia	Instâncias Específicas Promoção	Semestralmente
Áustria	Governo Empresas Sindicato ONGs Academia	Assuntos gerais Promoção Diálogo com partes interessadas Instâncias Específicas Relatório anual Supervisão	Semestralmente
Bélgica	Governo Empresas ONGs Academia	Promoção Instâncias Específicas	Anualmente
Canadá	Empresas Sindicatos	Assuntos gerais (Termos de Referência revisados em desenvolvimento)	Trimestralmente
Chile (1)	Governo	Instâncias Específicas	Trimestral a mensalmente
Chile (2)	Empresas Sindicatos ONGs Academia Especialistas em CER INDH Conselho para transparência	Disseminação Promoção	Trimestral a mensalmente
Colômbia	Empresas Sindicatos ONGs Academia	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção Supervisão	3 vezes ao ano
Alemanha	Governo Empresas Sindicato ONGs	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção	Semestralmente
Itália	Governo Empresas Sindicatos ONGs	Assuntos gerais Instâncias Específicas	Semestralmente
Japão	Empresas Sindicatos	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção	Semestralmente
Cazaquistão	Governo Empresas Sindicatos ONGs	Instâncias Específicas	Não informado

Luxemburgo	Governo Empresas Sindicatos	Assuntos gerais	Não se reúne regularmente
Países Baixos (1)	Governo	Todos os assuntos do PCN	Mensalmente
Países Baixos (2)	Empresas Sindicatos ONGs	Assuntos gerais Promoção	Trimestralmente
Nova Zelândia	Governo Empresas Sindicato ONG INDH	Assuntos gerais Instâncias Específicas Reuniões da OCDE Promoção	Semestralmente
Polónia	Governo Empresas Sindicatos ONGs Academia	Assuntos gerais Instâncias Específicas	Trimestral a mensalmente
Romênia	Empresas	Não informado	Não informado
Espanha	Empresas Sindicatos ONGs	Assuntos gerais Promoção Regras procedimentais	Semestralmente
Suíça	Governo Empresas Sindicatos ONGs Academia	Assuntos gerais Instâncias Específicas Regras procedimentais	Semestralmente
Ucrânia	Empresas Sindicatos ONGs	Não informado	Não informado
Reino Unido	Governo Empresas Sindicatos ONGs	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção Regras procedimentais Supervisão	Trimestral a mensalmente
Estados Unidos (1)	Governo	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção	Trimestralmente
Estados Unidos (2)	Empresas Sindicatos ONGs Academia	Assuntos gerais Instâncias Específicas Promoção	Trimestral a mensalmente

Fonte: Relatórios Anuais dos PCNs de 2017





[mneguidelines.oecd.org](http://mneguidelines.oecd.org)

